



## CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004

*Amarildo Hersen\**  
*Jandir Ferrera de Lima\*\**

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é analisar e identificar as fontes de crescimento regional do produto e do emprego para os Estados brasileiros no período de 1994 a 2004. Para tanto, utilizou-se o método Estrutural-Diferencial e Estrutural-Diferencial modificado. Os resultados mostram que existem acentuadas disparidades entre os Estados brasileiros. Com relação aos fatores de crescimento do produto dos Estados, verificou-se uma baixa relação com sua estrutura produtiva, destacando-se então o componente competitivo. Em se tratando do crescimento do emprego formal, tanto o componente estrutural como o componente competitivo apresentaram resultados positivos, evidenciando que estes contribuíram para o seu crescimento.

**Palavras-Chave:** Economia regional; Crescimento regional; Economia brasileira.

### INTRODUÇÃO

A abertura ao mercado externo, observada na economia brasileira no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, bem como a estabilização monetária proporcionada pela implantação do Plano Real, impactou de maneira diferenciada sobre os Estados brasileiros, pois ao mesmo tempo em que extinguiu alguns segmentos ineficientes em termos competitivos, estimulou ações para a aproximação aos novos paradigmas técnicos de produção, em termos econômicos (HADDAD, 1999).

---

\* Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) / Campus de Toledo. Professor de Economia do Curso de Serviço Social da Faculdade Guairacá. Guarapuava-PR. E-mail: amarildoheresen@yahoo.com.br

\*\* Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC) / Canadá. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) / Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br

*Amarildo Hersen*

*Jandir Ferrera de Lima*

CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004

Por isso, torna-se importante analisar o crescimento econômico nas três dimensões: espacial, com o objetivo de verificar os efeitos das mudanças no cenário macroeconômico sobre o desempenho dos Estados brasileiros; temporal, procurando identificar as correlações entre a ocorrência dos fatos macroeconômicos e o desempenho econômico das regiões; e setorial, visando verificar os efeitos das mudanças macroeconômicas sobre os diferentes setores produtivos e, conseqüentemente, sobre o desempenho econômico das regiões.

Sendo assim, pode-se dizer que o desempenho econômico das regiões está associado a três fatores: inserção da economia regional nos mercados nacional e internacional; perfil da composição da estrutura produtiva regional; e existência de vantagens locacionais, as quais conferem uma maior competitividade à região (FOCHEZATTO et al, 2005).

Por isso, o objetivo deste artigo é analisar a desigualdade existente entre os Estados brasileiros, ou seja, identificar razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente do que outras em um mesmo período, utilizando-se o método Estrutural-Diferencial, o qual facilita a decomposição do crescimento do produto e do emprego dos Estados em três componentes: nacional, estrutural e diferencial. Essa análise tem como referência o texto de Fochezatto et al (2005), no qual os autores fazem uma abordagem do método Estrutural-Diferencial para identificar as fontes de crescimento das regiões do Rio Grande do Sul no período de 1990 a 2000. Entretanto, o modelo estrutural-diferencial apresenta algumas deficiências na sua formação original. Essas limitações dão origem ao método estrutural-diferencial modificado, também utilizado nesse artigo, tendo como referência HADADD (1989) e FERRERA DE LIMA (2006).

O método Estrutural-Diferencial não é uma teoria explicativa do crescimento regional, mas sim, um método de análise para identificar os componentes deste crescimento, podendo ser utilizado em projeções das economias regionais. As informações estatísticas que necessita para sua manipulação não são complexas, o que por sua vez, demanda apenas uma matriz de informações sobre uma variável básica (emprego, produção, valor adicionado, etc.) em dois períodos de tempo, para que seja possível a aplicação para fins descritivos. Esse método permite identificar razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período e se essa performance está condicionada ao desempenho da economia nacional, à estrutura produtiva local ou a presença de vantagens locacionais específicas que dão dinamismo à região.

O artigo está organizado da seguinte maneira: além desta introdução, são apresentadas mais quatro seções. Na seção 1 é apresentada a revisão da literatura, com o objetivo de esclarecer e conceituar aspectos relevantes da economia espacial, o que facilitará a compreensão das análises através do método Estrutural-Diferencial e Estrutural-Diferencial Modificado. A metodologia do trabalho é abordada na seção 2. Na seção 3, tem-se o produto e o emprego por Estado brasileiro, base para os cálculos realizados. Na quarta seção evidenciam-se os

fatores contribuintes para o crescimento do produto e do emprego, de acordo com o método adotado. A conclusão do trabalho e as referências bibliográficas finalizam a pesquisa.

## 1. OS PROGRESSOS REGIONAIS DE CRESCIMENTO

Encontrar as razões que expliquem o porquê dos processos regionais de crescimento diferirem entre si, ou seja, apresentarem dinâmicas territoriais diferenciadas, não constitui-se em tarefa fácil. Pode-se dizer que as questões propostas não possuem uma única resposta, e também não podem ser respondidas por uma única ciência, devendo no mínimo, contemplar aspectos geográficos e socioeconômicos.

De acordo com Santos e Silveira (2001), uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais e com o novo dinamismo das suas relações tem norteado particularmente a busca de uma interpretação geográfica da sociedade brasileira. No entanto, para que se torne possível a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, alguns conceitos devem ser retomados, tais como: espaço, região, território, dinâmica territorial do desenvolvimento e desenvolvimento local/regional.

Espaço, de acordo com Santos (1994), refere-se a um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os objetos são cada vez mais artificiais (hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas, cidades, etc.) dotados de uma mecânica e funcionalidade própria, que acabam por conduzir os interesses hegemônicos internacionais. Já as ações, são consideradas racionais, obedecendo a uma racionalidade que corresponde aos fins ou aos meios hegemônicos internacionais, induzidas de fora, estranhas ao lugar, território, região ou país.

Para Santos (1986), o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais e que se manifestam através de processos e funções. Sendo assim, espaço pode ser considerado um campo de forças cuja aceleração é desigual. Essa é a explicação do porque a evolução espacial não é homogênea em todos os lugares.

Segundo Furtado (2001), o universo econômico é fundamentalmente heterogêneo. Em outras palavras, isso significa dizer que o processo de crescimento e desenvolvimento econômico é desigual, pois surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade em outros, toma vigor em determinados lugares, desaparece noutros, etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a

constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa.

A existência de um universo econômico heterogêneo significa, em última instância, que os mesmos bens podem ser obtidos com graus diversos de dificuldade em diferentes regiões. Em tais condições, transportar bens de um lugar para outro é a forma mais rápida e segura de criar valor. Os recursos acumulados numa comunidade, ao transformar-se em capital comercial, por um lado escapam aos rendimentos decrescentes, e, por outro, tendem a beneficiar o conjunto do universo econômico (FURTADO, 2001).

De acordo com Haddad (1999) a competitividade dinâmica de uma região dentro de um sistema de concorrência espacial, particularmente para as atividades que não se vinculam diretamente à sua dotação de recursos naturais, depende de um componente estrutural e de um componente diferencial. O componente estrutural tem como objetivo mostrar que no processo de desenvolvimento nacional, há alguns setores que crescem mais rapidamente que os demais, e que os fatores responsáveis por estas diferentes taxas de crescimento setorial nacional são: variações na estrutura da demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas, etc. Como uma região que se especializa naqueles setores mais dinâmicos da economia nacional é a que atinge uma variação estrutural positiva em termos de emprego, produção e renda, então é fundamental que sejam investigadas as possibilidades de cada região para a localização de firmas ou estabelecimentos pertencentes a cada um destes setores.

Entretanto, o desenvolvimento regional não pode ser examinado apenas por este ângulo, pois todos os setores produtivos apresentam desempenho diferenciado entre as várias regiões da economia nacional. Então, se ocorrer alterações na superfície locacional de uma economia nacional, uma dada região pode se desenvolver mais rapidamente do que as outras, desde que consiga atrair uma proporção crescente de atividades ou firmas, ainda que estas pertençam a setores de crescimento lento no âmbito nacional (HADDAD, 1999).

Dentro deste contexto, torna-se, pois, necessário estudar as vantagens locacionais de cada uma das regiões para a atração de setores produtivos de crescimento lento ao nível nacional. Bem como os fatores explicativos do desempenho favorável destes setores em algumas regiões.

## **2. METODOLOGIA DE ANÁLISE**

Sendo o principal objetivo deste artigo analisar a desigualdade existente entre os Estados brasileiros, ou seja, identificar as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período, o método Estrutural-Diferencial constitui-se em importante ferramenta.

A base lógica do método parte de uma constatação empírica bastante simples: o crescimento do emprego é maior em alguns setores do que em outros, e em algumas regiões do que em outras. Assim, uma determinada região poderá apresentar um ritmo de crescimento econômico maior do que a média do sistema de regiões, ou porque na sua composição produtiva existe uma preponderância de setores mais dinâmicos, ou porque ela tem participação crescente na distribuição regional do emprego, independentemente, de esta expansão estar ocorrendo em setores dinâmicos ou não (HADDAD, 1989).

Sendo assim, pode-se dizer que a existência dessas diferenças regionais podem estar associadas aos seguintes fatores: variações na estrutura da demanda, variações de produtividade, inovações tecnológicas, etc. Como uma região que se especializa naqueles setores mais dinâmicos da economia nacional é a que atinge uma variação proporcional positiva em termos de emprego; então é fundamental que se pesquisem as possibilidades de cada região para a localização de firmas ou estabelecimentos pertencentes a cada um destes setores.

Por outro lado, o crescimento regional não pode ser examinado apenas por este ângulo, pois todos os setores produtivos apresentam desempenho diferenciado entre as várias regiões da economia nacional. Assim, não é difícil imaginar-se que, tendo ocorrido alterações na superfície locacional de uma economia nacional, uma dada região possa se desenvolver mais rapidamente do que outras, desde que consiga atrair uma proporção crescente de atividades ou firmas, ainda que estas pertençam a setores de crescimento lento ao nível nacional.

As principais forças que atuam no sentido de provocar estes reajustamentos são, quase sempre, de natureza locacional, tais como: variações nos custos de transporte, estímulos fiscais específicos para determinadas áreas, diferenciais nos preços relativos de insumos entre regiões, etc. Torna-se pois, necessário estudar as vantagens locacionais de cada uma das regiões para a atração de setores produtivos de crescimento lento ao nível nacional, bem como os fatores explicativos do desempenho favorável deste setores em algumas regiões (FOCHEZATTO, 2005).

## **2.1 Método Estrutural-Diferencial**

O Método de Análise Estrutural-Diferencial trata-se de uma forma analítica de gerar informações que sejam relevantes para a organização de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre problemas regionais específicos: análise dos setores que tiveram uma variação diferencial negativa numa região, análise dos fatores explicativos para o desempenho diferencial de economias regionais, etc. Para isso, o método divide o crescimento regional em três componentes: o componente nacional, o componente estrutural (ou proporcional) e o componente diferencial (ou competitivo) (FERRERA DE LIMA, 2006).

O componente nacional mostra a parte da evolução do produto ou do emprego de uma região devida apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, no estado ou na economia de referência. Matematicamente, ele pode ser expresso da seguinte maneira:

$$EN = E_{ij}^0 (e-1) \quad (01)$$

Em que  $E_{ij}^0$  é o emprego ou produto do setor  $i$  na região  $j$ ;  $e = E^1/E^0$  é o produto ou emprego total do país, estado, ou economia de referência do ano final sobre a mesma variável no período inicial.

O componente estrutural ou proporcional representa a parcela do crescimento do produto ou do emprego obtida por uma região devido à sua estrutura produtiva. Deste modo, regiões que apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, que mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores na economia de referência, apresentarão um resultado positivo nesse componente. Já as regiões compostas principalmente de setores estagnados, com baixas taxas de crescimento, terão um resultado negativo advindo do componente estrutural. Esse componente pode ser obtido a partir da seguinte equação:

$$EE_{ij} = E_{ij}^0 (e_i - e) \quad (02)$$

Em que,  $e_i = E_i^1 / E_i^0$ , que representa o produto ou emprego do setor  $i$  no ano final sobre a mesma variável no período inicial da análise.

O componente diferencial ou competitivo (EC) indica a parte do crescimento do produto ou do emprego regional gerada por vantagens locais que fazem com que determinados setores possam crescer mais rapidamente em determinada região do que em nível estadual ou nacional. Um efeito diferencial ou competitivo positivo em determinado setor produtivo de uma região mostra que esse apresenta uma taxa de crescimento superior nesta região do que no país ou no Estado, o que pode estar associado a vantagens locais específicas. Matematicamente, esse componente pode ser obtido a partir da seguinte equação:

$$EC_{ij} = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (03)$$



Em que,  $e_{ij} = E_{ij}^1 / E_{ij}^0$ , que representa o produto ou emprego do setor  $i$  na região  $j$  no ano final sobre a mesma variável no período inicial.

Somando os três componentes, tem-se o efeito total que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que a região é especializada em setores com taxas de crescimento acima da média em nível estadual ou nacional, ou que possui vantagens locais que garantem altas taxas até mesmo a setores que, no conjunto das regiões, encontram-se estagnados.

## 2.2 Método Estrutural-Diferencial Modificado

O método estrutural-diferencial apresenta algumas deficiências na sua formulação original. A principal delas diz respeito ao uso da ponderação das taxas de crescimento do pessoal ocupado no ano inicial ( $E_{ij}^0$ ), não levando em conta possíveis mudanças na estrutura do emprego ao longo do tempo. Com o intuito de sanar essa limitação mudou-se o cálculo do efeito estrutural, utilizando o pessoal ocupado no final do período ( $E_{ij}^1$ ) e não mais no início ( $E_{ij}^0$ ). Utilizando-se do  $E_{ij}^1$  como peso e medindo a diferença entre os dois como indicador de mudança na composição do emprego obtém-se o novo cálculo do efeito estrutural (FERRERA DE LIMA, 2006).

Uma contribuição valiosa para o aperfeiçoamento do método também foi a de Esteban-Marquillas (1972). Este acrescentou aos efeitos estrutural e diferencial o efeito alocação, para analisar os componentes de crescimento de uma região. Objetivando eliminar a influência estrutural originária da distribuição setorial do pessoal ocupado do ano inicial no cálculo do efeito diferencial [ $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$ ], criou-se o chamado *emprego homotético* ( $\hat{E}_{ij}^0$ ), ou seja, o volume de pessoal ocupado que o setor  $i$  da região  $j$  teria se a estrutura de emprego fosse igual à do país, ou seja:

$$\hat{E}_{ij}^0 = E_j^0 (E_i^0 / E^0) \quad (04)$$

Em que:

$\hat{E}_{ij}^0$  = emprego homotético do setor  $i$  da região  $j$  no ano inicial;

$E_j^0$  = pessoal ocupado da região  $j$  no ano inicial;

$E_i^0$  = pessoal ocupado no setor  $i$  do país no ano inicial;

$E^0$  = pessoal ocupado do país no ano inicial.

Utilizando o emprego homotético para a obtenção do efeito diferencial ou competitivo ( $EC'_{ij}$ ), esse perderá a influência do efeito proporcional, conforme demonstrado abaixo:

$$EC'_{ij} = \hat{E}_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (05)$$

Esteban-Marquillas (1972), complementando a análise do efeito diferencial, inseriu na análise do método o efeito alocação para absorver o resíduo entre  $EC_{ij}$  e  $EC'_{ij}$ , sendo:

$$A_{ij} = (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0) (e_{ij} - e_i) \quad (06)$$

Dessa forma, a variação líquida total (VLT) passaria a contar com as variáveis efeito estrutural, efeito diferencial e alocação (ESTEBAN-MARQUILLAS, 1972).

De acordo com Ferrera de Lima (2006), partindo da formulação proposta por Esteban-Marquillas e inserindo a proposta de Stiwell, em que se utiliza o pessoal ocupado do final do período ( $E_{ij}^1$ ) no lugar do pessoal ocupado no período inicial ( $E_{ij}^0$ ), Herzog e Olsen formularam as correções necessárias. Reformularam o efeito alocação, ao inserir a mudança do peso na composição do emprego no ano final ( $E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1$ ), o novo efeito alocação tem como componentes explicativos a composição do emprego no ano inicial, no ano final e suas respectivas taxas de crescimento, ou seja:

$$A_{ij} = [(E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1) - (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0)] (e_{ij} - e_i) \quad (07)$$

Ao se introduzir o componente  $(E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1) (e_{ij} - e_i)$  no efeito alocação proposto por Esteban-Marquillas e mantendo-se a identidade do método estrutural-diferencial, o efeito diferencial ou competitivo ( $EC''_{ij}$ ) será:

$$E_{ij}^0 (e_i - e) + \hat{E}_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0) (e_{ij} - e_i) = E_{ij}^0 (e_i - e) + EC''_{ij} + [E_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^1 - (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0)] (e_{ij} - e_i)$$



Para facilitar o entendimento, reordenando as parcela da equação e substituindo-as com o propósito de manter a identidade do método, o efeito diferencial ( $EC''_{ij}$ ), para Herzog e Olsen, ficará da seguinte forma:

$$EC''_{ij} = (2 E_{ij}^0 - E_{ij}^1 + \hat{E}_{ij}^1 - \hat{E}_{ij}^0)(e_{ij} - e_i) \quad (08)$$

O cálculo da variação líquida total, baseado nas correções realizadas por Herzog e Olsen, é obtida com base nos efeitos proporcional original mais o efeito diferencial modificado e o efeito alocação modificado, ou seja:

$$VTL = EE_{ij} + EC''_{ij} + A_{ij} \quad (09)$$

O objeto de estudo são os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, os quais apresentam diferenças tanto locacionais, como no que diz respeito à estrutura produtiva. As variáveis investigadas são: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Emprego Formal, as quais são capazes de satisfazer os anseios da pesquisa pela importância que apresentam no processo de crescimento e desenvolvimento econômico em cada um dos Estados. Vale salientar ainda, que os dados foram coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Para tanto, o método estrutural-diferencial e o método estrutural-diferencial modificado auxiliarão na aferição do desempenho apresentado pelos Estados, bem como permitirão a identificação e classificação das diferenças regionais através da decomposição do crescimento regional.

### 3. O PIB E O EMPREGO FORMAL NOS ESTADOS BRASILEIROS

A competitividade entre as empresas, em muitos setores, torna-se fator determinante. Sendo assim, cada vez mais, a competitividade e, portanto o desenvolvimento de uma determinada região passa pelo necessário esforço doméstico da organização social para incrementar, de forma crescente, a produtividade. Ao contrário da lógica empresarial, cuja lucratividade e competitividade são os verdadeiros determinantes do crescimento da produtividade, no caso das regiões, é a produtividade que se transforma no verdadeiro e principal determinante da competitividade (CASTELLS, 1999).

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

Entre 1994 e 2004 o Produto Interno Bruto Brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 1,75%. De acordo com a Tabela 01, percebe-se que esse número não foi mais positivo devido ao fato de alguns Estados brasileiros apresentarem um aumento pouco significativo, de seu PIB, e outros, até mesmo negativo. O Estado de São Paulo, com um aumento médio anual de 0,45% de seu PIB, contribuiu significativamente para esse crescimento diminuto – ainda mais se formos levar em consideração que no ano de 2004, mais de 31% do PIB nacional teve a contribuição desse Estado. O Distrito Federal em conjunto com o Estado do Pará, com um decréscimo médio anual de 0,63% e 0,06%, respectivamente, de seu produto, por mais que no ano de 2004, juntos, não representaram mais do que 5% do PIB nacional, contribuíram para reduzir ainda mais a média.

TABELA 01 – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DO EMPREGO NOS ESTADOS BRASILEIROS 1994-2004

ESTADOS	PIB	EMPREGO
Tocantins	6,92	49,08
Roraima	9,33	14,96
Amapá	4,29	14,85
Mato Grosso	7,38	12,08
Rondônia	5,33	9,89
Goiás	4,95	9,14
Bahia	3,62	7,84
Paraíba	2,91	7,44
Pará	-0,06	7,40
Amazonas	5,16	6,83
Maranhão	4,16	6,73
Mato Grosso do Sul	2,32	6,54
Rio Grande do Norte	4,63	6,32
Ceará	1,98	6,03
Santa Catarina	3,74	5,77
Piauí	3,13	5,46
Sergipe	6,05	5,33
Minas Gerais	1,26	5,26
Espírito Santo	3,12	5,00
Paraná	2,06	4,81
Distrito Federal	-0,63	4,66
Alagoas	1,74	3,87
Pernambuco	2,58	3,54
Rio Grande do Sul	1,24	2,84
Rio de Janeiro	3,22	2,27

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

São Paulo	0,45	2,26
Acre	4,00	1,56
<b>BRASIL</b>	<b>1,75</b>	<b>4,07</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE e MTE-RAIS.

No que diz respeito ao emprego formal, o Brasil, na década analisada, apresentou uma taxa de crescimento médio anual correspondente a 4,07%. Com a abertura econômica verificada no findar da década de 1980, a economia passou a produzir, também, para o mercado externo, que contribuiu, juntamente com a estabilização da moeda – alcançada com a implantação do Plano Real, em 1994 – para o surgimento de novos postos de trabalho. Pode-se verificar, na tabela 02, que o Estado de Tocantins apresentou a melhor taxa média anual de crescimento do emprego formal – 49,08% – porém, sua representatividade a nível nacional é menos significativa, onde corresponde a 0,5% dos empregos formais do país, referente ao ano de 2004. Já o Estado de São Paulo, que mais uma vez apresentou um desempenho de crescimento médio anual abaixo da média nacional – 2,26% na década analisada – forçou, significativamente, para que o crescimento médio anual do emprego formal fosse menor, tendo em vista que esse Estado, no ano de 2004, empregou aproximadamente 30% da mão-de-obra, com carteira assinada no país.

#### 4. FATORES DE CRESCIMENTO DO PIB E DO EMPREGO NOS ESTADOS DO BRASIL

A partir da aplicação do método estrutural-diferencial e estrutural-diferencial modificado, serão aqui analisados os principais resultados obtidos para o produto e o emprego para os Estados brasileiros, com o intuito de identificar as razões do desempenho de cada uma das regiões, no período de estudo.

A tabela 02 evidencia os resultados alcançados através do método estrutural-diferencial, para o produto de cada Estado brasileiro. O componente nacional (EN) mostra a parte da evolução do produto nos Estados devido apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, ou seja, 17,55%.

TABELA 02 – FATORES DE CRESCIMENTO DO PRODUTO DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1994-2004 (%)

ESTADOS	EN	EE	EC	ET
Roraima	17,55	-5,00	80,77	<b>93,32</b>
Mato Grosso	17,55	-4,05	60,32	<b>73,82</b>
Tocantins	17,55	-7,30	58,97	<b>69,22</b>
Sergipe	17,55	0,84	42,08	<b>60,47</b>
Rondônia	17,55	-2,93	38,72	<b>53,34</b>
Amazonas	17,55	5,71	28,35	<b>51,61</b>

Amarildo Hersen  
Jandir Ferrera de Lima

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

Goiás	17,55	-2,03	33,97	<b>49,48</b>
Rio Grande do Norte	17,55	-0,70	29,46	<b>46,31</b>
Amapá	17,55	-7,71	33,08	<b>42,91</b>
Maranhão	17,55	-3,22	27,32	<b>41,64</b>
Acre	17,55	-5,24	27,71	<b>40,02</b>
Santa Catarina	17,55	2,29	17,56	<b>37,40</b>
Bahia	17,55	-0,23	18,89	<b>36,20</b>
Rio de Janeiro	17,55	-1,31	16,01	<b>32,24</b>
Piauí	17,55	-3,10	16,80	<b>31,25</b>
Espírito Santo	17,55	0,09	13,59	<b>31,23</b>
Paraíba	17,55	-2,02	13,53	<b>29,06</b>
Pernambuco	17,55	-1,19	9,40	<b>25,75</b>
Mato Grosso do Sul	17,55	-2,72	8,40	<b>23,23</b>
Paraná	17,55	0,96	2,12	<b>20,63</b>
Ceará	17,55	-0,70	2,98	<b>19,83</b>
Alagoas	17,55	-1,48	1,36	<b>17,43</b>
Minas Gerais	17,55	0,47	-5,45	<b>12,57</b>
Rio Grande do Sul	17,55	1,82	-6,92	<b>12,45</b>
São Paulo	17,55	0,92	-13,94	<b>4,53</b>
Pará	17,55	-1,63	-16,56	<b>-0,65</b>
Distrito Federal	17,55	-9,18	-14,70	<b>-6,34</b>

Fonte dos dados brutos: IBGE

Nota: EN: componente nacional, EE: componente estrutural, EC: componente diferencial ou competitivo, ET: efeito total.

Os Estados que apresentaram um resultado positivo no componente estrutural (EE) apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores da economia nacional. Pode-se notar que somente oito estados brasileiros demonstraram, no período analisado, taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores da economia nacional, sendo eles: Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

No componente diferencial (EC) nota-se que, com exceção do Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo, todos os demais Estados brasileiros apresentaram um componente diferencial positivo.

Somando os três componentes, citados acima, tem-se o efeito total (ET) que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que o Estado é especializado em setores com taxa de crescimento acima da média nacional, ou que possui vantagens locais que garantem altas taxas de crescimento até mesmo ao setor que, no conjunto do estado, encontram-se estagnados. Os estados com essa característica são: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás,

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

A tabela 03 trás valor líquido total (VTL) e seus componentes, alcançado através do método estrutural-diferencial modificado, para o produto, de cada Estado brasileiro:

TABELA 03 – EFEITO PROPORCIONAL, COMPETITIVO, ALOCAÇÃO E VARIAÇÃO LÍQUIDO TOTAL, DO PRODUTO, PARA OS ESTADOS BRASILEIROS.

ESTADOS	EE <sub>ij</sub>	EC <sub>ij</sub> "	A <sub>ij</sub>	VTL
Rio de Janeiro	-1.411.276,61	3.272.544,95	13.937.051,32	15.798.319,66
Bahia	-93.757,38	6.094.054,39	1.480.865,28	7.481.162,29
Santa Catarina	744.243,06	5.304.716,28	397.912,24	6.446.871,58
Mato Grosso	-403.632,90	-5.358.850,77	11.377.668,91	5.615.185,24
Goiás	-351.377,67	5.541.627,39	341.866,31	5.532.116,02
Amazonas	847.087,62	3.794.794,09	410.073,80	5.051.955,51
Sergipe	44.304,81	1.668.530,17	539.590,46	2.252.425,44
Espírito Santo	14.247,19	1.013.148,99	1.053.883,00	2.081.279,18
Rio Grande do Norte	-47.810,40	1.860.876,72	151.400,25	1.964.466,58
Pernambuco	-284.619,63	1.511.314,58	736.212,95	1.962.907,91
Maranhão	-239.174,53	2.011.369,42	19.735,00	1.791.929,89
Paraná	555.243,84	-358.637,30	1.584.098,30	1.780.704,84
Rondônia	-114.650,15	1.564.396,47	-49.687,79	1.400.058,53
Tocantins	-125.284,47	530.039,83	482.455,53	887.210,89
Paraíba	-148.295,69	656.738,38	336.582,16	845.024,85
Mato Grosso do Sul	-273.686,01	702.724,88	142.517,49	571.556,36
Piauí	-128.509,60	605.202,88	92.095,61	568.788,89
Roraima	-30.445,79	-74.737,16	566.927,76	461.744,81
Amapá	-130.193,51	248.109,95	310.229,69	428.146,12
Ceará	-122.779,79	-759.064,91	1.284.500,42	402.655,73
Acre	-76.997,34	431.931,08	-24.378,39	330.555,34
Alagoas	-92.423,27	-361.820,51	446.891,06	-7.352,72
Pará	-358.530,99	-4.127.975,68	495.447,26	-3.991.059,41
Rio Grande do Sul	1.492.049,01	-7.557.806,99	1.896.398,76	-4.169.359,21
Minas Gerais	444.621,34	-7.585.172,42	2.451.424,71	-4.689.126,37
Distrito Federal	-2.796.363,23	-4496796,92	20.919,97	-7.272.240,18
São Paulo	3.088.012,09	-48.271.421,61	1.657.481,76	-43.525.927,76

Fonte dos dados brutos: IBGE

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

Pode-se perceber, com o auxílio da tabela 02, que para os Estados do Amazonas, Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe os fatores proporcional e diferencial contribuíram conjuntamente para o aumento do produto gerado nesses Estados, ou seja, o dinamismo da economia e o dinamismo local foram positivos nesses Estados.

Alguns Estados, de forma contrária, nem o dinamismo local e nem o dinamismo da economia contribuíram para o crescimento do produto do Estado. Esses Estados “estáticos” são os de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Pará, Roraima e o Distrito Federal.

O Estado do Rio de Janeiro apresentou a maior variação líquida total (15.798.319,66), dentro todos os Estados brasileiros, porém, esse ótimo desempenho é originário do dinamismo dos setores produtivos, não pelo dinamismo local.

O Estado de São Paulo apresentou a menor variação líquida total (-4.352.5927,76), sendo essa negativa, evidenciando que os setores produtivos locais cresceram mais lentamente que a média do país.

A tabela 04 evidencia os fatores de crescimento do emprego formal, por Estado, através do modelo estrutural-diferencial.

TABELA 04 – FATORES DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL DOS ESTADOS BRASILEIROS, 1994-2004 (%)

ESTADOS	E N	E E	E C	ET
Tocantins	40,73	4,47	445,58	490,78
Roraima	40,73	5,19	103,70	149,62
Amapá	40,73	-9,60	117,35	148,48
Mato Grosso	40,73	2,86	77,19	120,78
Rondônia	40,73	5,85	52,33	98,91
Goiás	40,73	2,87	47,81	91,41
Bahia	40,73	4,41	33,28	78,42
Paraíba	40,73	3,59	30,11	74,42
Pará	40,73	3,58	29,72	74,03
Amazonas	40,73	0,83	26,78	68,34
Maranhão	40,73	5,62	20,98	67,33
Mato Grosso do Sul	40,73	4,67	19,97	65,38
Rio Grande do Norte	40,73	3,89	18,61	63,23
Ceará	40,73	1,32	18,24	60,28
Santa Catarina	40,73	-6,01	23,00	57,71
Piauí	40,73	5,49	8,41	54,63
Sergipe	40,73	3,61	9,01	53,35
Minas Gerais	40,73	-1,03	12,91	52,61
Espírito Santo	40,73	2,28	6,99	50,00



**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

Paraná	40,73	0,57	6,76	48,06
Distrito Federal	40,73	8,79	-2,88	46,64
Alagoas	40,73	1,68	-3,74	38,66
Pernambuco	40,73	1,57	-6,85	35,44
Rio Grande do Sul	40,73	-2,25	-10,11	28,37
Rio de Janeiro	40,73	2,81	-20,86	22,67
São Paulo	40,73	-2,44	-15,73	22,56
Acre	40,73	9,34	-34,45	15,62

Fonte dos dados brutos: MTE-RAIS

Nota: EN: componente nacional, EE: componente estrutural, EC: componente diferencial ou competitivo, ET: efeito total.

Com relação aos empregos formais dos estados brasileiros, o componente nacional, que evidencia a parte da evolução do emprego formal nos Estados devido apenas ao crescimento dessa mesma variável no país, atingiu a casa dos 40,73%.

Já o componente estrutural, mostra que os Estados que apresentaram um resultado positivo nesse componente são: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Analisando o componente diferencial, percebe-se que os Estados com esta característica são: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Por fim, somando os três componentes, têm-se o efeito total que, quando for superior ao efeito variação nacional, indica que o Estado é especializado em setores com taxa de crescimento, do emprego, acima da média nacional, ou ainda, que possui vantagens locacionais que garantem altas taxas de crescimento do emprego até mesmo aos setores que, no conjunto do estado, encontram-se estagnados. Os estados que apresentaram essa característica são: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Na tabela 05, tem-se variação líquida total (VTL), bem como seus componentes, alcançada através do método estrutural-diferencial modificado, para o emprego, de cada Estado brasileiro:

## CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004

TABELA 05 – EFEITO PROPORCIONAL, COMPETITIVO, ALOCAÇÃO E VARIAÇÃO LÍQUIDO TOTAL, DO EMPREGO, PARA OS ESTADOS BRASILEIROS.

ESTADOS	EE <sub>ij</sub>	EC <sub>ij</sub> "	A <sub>ij</sub>	VTL
Bahia	36.040,30	268.757,97	3.239,60	308.037,87
Minas Gerais	-22.411,57	284.609,05	-2.713,93	259.483,56
Goiás	13.079,62	183.031,00	34.986,67	231.097,29
Mato Grosso	6.114,96	84.593,65	80.661,28	171.369,89
Santa Catarina	-53.623,57	203.049,17	2.009,19	151.434,79
Tocantins	1.208,56	76.251,68	44.194,25	121.654,48
Pará	13.068,26	104.576,64	3.949,97	121.594,87
Ceará	7.070,11	94.911,53	2.996,32	104.977,96
Paraná	7.803,13	55.881,26	36.915,46	100.599,84
Paraíba	8.144,83	68.639,00	-255,24	76.528,58
Amazonas	1.794,43	57.502,19	580,63	59.877,25
Rondônia	5.931,50	34.723,84	18.368,63	59.023,97
Maranhão	12.448,88	44.918,46	1.518,21	58.885,54
Mato Grosso do Sul	11.067,88	38.746,11	8.556,96	58.370,96
Rio Grande do Norte	10.033,64	42.662,40	5.355,46	58.051,50
Espírito Santo	9.024,16	18.763,82	8.915,51	36.703,50
Distrito Federal	51.211,44	-14.391,56	-2.405,82	34.414,05
Amapá	-2.708,64	-35.844,84	68.959,10	30.405,62
Piauí	9.343,11	15.617,80	-1.297,66	23.663,25
Sergipe	6.030,35	14.963,92	73,47	21.067,73
Roraima	483,76	9.851,21	-183,16	10.151,81
Alagoas	4.194,22	-41.737,46	32.384,99	-5.158,25
Acre	5.956,78	-25.640,82	3.674,82	-16.009,22
Pernambuco	11.826,58	-54.580,47	2.826,22	-39.927,67
Rio Grande do Sul	-38.526,84	-200.178,60	27.457,55	-211.247,90
Rio de Janeiro	70.065,59	-530.205,10	9.714,42	-450.425,09
São Paulo	-184671,45	-1214101,53	24146,78	-1.374.626,20

Fonte dos dados brutos: MTE-RAIS

Percebe-se que para os Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima, Sergipe e Tocantins os fatores proporcional e diferencial contribuíram conjuntamente para o aumento do emprego, com carteira assinada, gerado nesses Estados, ou seja, o dinamismo da economia e o dinamismo local foram positivos, para o aumento do emprego, nesses Estados.

Alguns Estados, contrariamente, o dinamismo local e o dinamismo da economia (setores) não contribuíram para o crescimento do emprego, sendo esses Estados: Amapá, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O Estado da Bahia mostrou a maior variação líquida total do emprego (308.037,87), dentro todos os Estados brasileiros, sendo esse ótimo desempenho originário do dinamismo dos setores produtivos e, também, do dinamismo local.

O Estado de São Paulo, dentre todos os Estados, foi o que apresentou a menor variação líquida total do emprego no país (-1.374.626,20), sendo essa negativa, evidenciando que os setores produtivos locais cresceram mais lentamente que a média do país, empregando menos.

Percebe-se, portanto, características distintas que ocasionam o crescimento do produto e do emprego, no país. Devido a estrutura produtiva local, de cada Estado, resultados positivos agregados nacionalmente não podem ser comemorados em todos os Estados e, inversamente, o desempenho irrisório de indicadores de produto e emprego, também, não podem ser generalizados para todos os Estados da nação.

#### 4. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar as variáveis emprego e produto, que condicionam o crescimento de uma região, utilizando-se do método estrutural-diferencial e estrutural-diferencial modificado. Assim, esse método permitiu identificar as razões que fazem com que uma região cresça mais rapidamente que outras em um mesmo período e se essa *performance* está condicionada ao desempenho da economia nacional, à estrutura produtiva local ou à presença de vantagens locais específicas que dão dinamismo à região.

Os dados analisados relativos à taxa de crescimento do PIB médio anual, mostram que a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período considerado foi de 1,75%. Essa mesma taxa foi superada pelos Estados de Roraima, Mato Grosso e Tocantins. Os demais Estados, ficaram muito próximos da média nacional.

O crescimento do produto deveu-se em grande parte ao componente diferencial ou competitivo, evidenciando que o crescimento do produto durante o intervalo de tempo considerado, na maioria dos Estados não foi devida a estrutura produtiva, com exceção dos Estados do Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

A taxa de crescimento do emprego formal médio anual no Brasil entre 1994 e 2004 foi de 4,07%, sendo superada pelos Estados de Tocantins com 49,08%, Roraima com 14,96% e Amapá com 14,85%. No entanto, alguns estados apresentaram taxas bem inferiores a taxa nacional: Acre 1,56%, São Paulo 2,26% e Rio de Janeiro 2,27%.

Percebeu-se com a análise dos dados relativos ao crescimento do emprego formal, que o componente estrutural, relativo a estrutura produtiva, verifica-se nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba,

Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

O componente diferencial ou competitivo foi o responsável pelo crescimento do emprego formal no Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Os Estados que apresentaram taxas negativas nos dois componentes quando analisado o crescimento do emprego formal são Rio de Janeiro e São Paulo.

Contudo, o Método Estrutural-Diferencial, através da soma dos três componentes, permitiu a visualização dos fatores de crescimento de cada Estado, bem como, evidenciou os fatores condicionantes do baixo desempenho de alguns Estados como: Alagoas, Distrito Federal (ET negativo), Minas Gerais, Pará (ET negativo), Rio Grande do Sul e São Paulo. Da mesma forma de que a soma dos componentes para o crescimento do emprego apresentou valores insatisfatórios para os Estados do Acre, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O método estrutura-diferencial modificado, mais criterioso, vem para reforçar o resultado já evidenciado pelo método inicial, apontado seus resultados para o mesmo direcionamento.

Enfim, pode-se concluir que no período analisado, as disparidades de crescimento entre os Estados brasileiros é acentuada e que a estrutura produtiva responde por uma pequena parcela desta diferença, merecendo atenção especial o componente diferencial ou competitivo, que confere à maioria dos Estados brasileiros vantagens econômicas, diferenciando-os dos demais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, M. A. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. A reinterpretation of shift-share analysis. *Regional and Urban Economics*, v.2, nº3, p.249-55, 1972.

FERRERA DE LIMA, Jandir. *Méthode d'analyse régionale: Indicateurs de localisation, de structuration et de changement spatial*. Notes de recherche. Université du Québec à Chicoutimi, 2006.

FOCHEZATTO, Adelar; SOUZA, Fernanda Letícia de; OLIVEIRA, Fernando A. L. de. Crescimento regional no Rio Grande do Sul: uma análise Estrutural-Diferencial, 1999/2000. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 21, p. 07-30, jan./jun., 2005.

FURTADO, Celso. O processo histórico de desenvolvimento. In: *BRESSER – PEREIRA, L.L.; REGO, J. A grande esperança em Celso Furtado*. Rio de Janeiro: 34, 2001.

HADDAD, Paulo Roberto (org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de cluster*. Brasília: CNPQ/EMBRAPA, 1999.

HERZOG, H. W. and OLSEN, R. J. Shift-share analysis revisited: de allocation affect and the stability of regional structure, a rephy. *Journal of Regional Science*, v.19, nº3, p.393-395, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Tabela do PIB por Estado brasileiro*. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) – Acesso em 13/04/2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE / RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. *Tabela do Emprego Formal por Estado brasileiro*. Disponível em: [www.rais.gov.br](http://www.rais.gov.br). Acesso em 11/04/2009.

PEREIRA, A. S.; CAMPANILE, N. O método estrutural-diferencial modificado: uma aplicação para o Estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. *Revista Cepeac*, v.07, nº13, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo – globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STIWELL, F. J. B. Regional growth and structural adaptation. *Urban Studies*, v.6, p.162-178, 1969.

*Amarildo Hersen*  
*Jandir Ferrera de Lima*

**CRESCIMENTO REGIONAL ESTRUTURAL-DIFERENCIAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1994 – 2004**

**REGIONAL GROWTH STRUCTURAL-DIFFERENTIAL IN THE BRAZILIAN STATES IN THE PERIOD OF 1994 THE 2004**

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze and to identify to the sources of regional growth of the product and the job for the Brazilian States in the period of 1994 the 2004. For in such a way, was used the method Structural-Differential and modified Structural-Differential. The results show that they exist accented inequalities between the Brazilian States. With regard to the factors of growth of the product of the States, it was verified the weak one relation with its productive structure, being distinguished then the competitive component. In if treating to the growth of the formal job, as much the structural component as the competitive component they had presented resulted positive, evidencing that these had contributed for its growth.

**Keywords:** Regional economy; Regional growth; Brazilian economy.

**Recebido em 27 de julho de 2009; aprovado em 12 de agosto de 2009.**